

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.309 - SP (2018/0309604-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : JOAO PAES DE TOLEDO NETO
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI - SP071334
SARA TAVARES QUENTAL - SP256006
FELIPE ANTONIO LANDIM FERREIRA - SP270497
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
AGRAVANTE : FUNDACAO SAUDE ITAU
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
FELIPE DA SILVA JUSTEN - RJ196912
FERNANDO GONÇALVES PRATTI - RJ215440
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE GERIDO PELO EX-EMPREGADOR. MANUTENÇÃO POR EX-EMPREGADO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

JOÃO PAES DE TOLEDO NETO (JOÃO) ajuizou ação de obrigação de fazer contra FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ (ITAÚ), pleiteando a manutenção de plano de saúde coletivo gerido por ITAÚ nas mesmas condições vigentes durante o contrato de trabalho.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, condenando ITAÚ a manter JOÃO no plano de saúde nas mesmas condições de cobertura, cálculo e majoração do prêmio aplicadas aos empregados em atividade, admitida a implantação de nova forma de custeio, desde que em igualdade de condições para ativos e inativos, a ser integralmente custeado por JOÃO, bem como condenar ITAÚ a restituir eventuais valores pagos a maior cobrados após a demissão (e-STJ, fls. 264/268).

Opostos embargos de declaração por ITAÚ, foram acolhidos, para sanar contradição, julgando improcedente o pedido (e-STJ, fl. 291).

Interposta apelação por JOÃO, o Tribunal de origem negou-lhe conhecimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 357):

PLANO DE SAÚDE AUTOGESTÃO - Pretensão do autor, de permanecer vinculado ao plano de saúde prestado pela ré, por prazo indeterminado, observadas as mesmas condições vigentes quando em curso seu contrato de trabalho Plano de saúde prestado na modalidade de autogestão, por pessoa jurídica de direito privado criada em observância à Resolução 137/2006 da ANS Ausência de contrato civil de prestação de serviços Incompetência da Justiça Estadual Entendimento consolidado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, a respeito da competência da Justiça do Trabalho para dirimir questão intimamente afeta ao extinto contrato de trabalho RECURSO NÃO CONHECIDO, COM DETERMINAÇÃO.

Os embargos de declaração opostos por JOÃO foram rejeitados (e-STJ, fls. 378/381).

Inconformado, ITAÚ interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 42, 44, 64, §§1º e 4º, do NCPC, aduzindo, em síntese, que compete à Justiça Comum o julgamento da presente demanda, que não decorre do pacto trabalhista.

JOÃO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 473/475).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência da Súmula nº 83 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação do referido óbice.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 509/510).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da competência em razão da matéria

O Tribunal de origem remeteu os autos à Justiça Laboral, sob o argumento de que a pretensão à manutenção do ex-empregado no plano de saúde

mantido pela ex-empregadora decorre do contrato de trabalho, nos seguintes termos:

Tais julgados ratificam o entendimento de que, em se tratando de plano de saúde no qual a empresa não contratou a prestação do serviço por seguradora estranha à relação empregatícia, mas, sim, criou e mantém plano próprio, em benefício somente de empregados e seus dependentes, fechada ao mercado de consumo, a competência será da Justiça Especializada do Trabalho, uma vez que não há contrato civil de plano de saúde, mas apenas obrigações oriundas do contrato de trabalho.

Contudo, o acórdão recorrido divergiu de recente posicionamento desta Corte no sentido de que a pretensão de manutenção do plano de saúde pelo ex-empregado em plano coletivo gerido pelo ex-empregador não decorre do ajuste de trabalho, tendo a lide natureza eminentemente civil, o que implica a competência da Justiça Comum Estadual. A propósito:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TRABALHO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO APOSENTADO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO DE ENTIDADE DE AUTOGESTÃO VINCULADA AO EMPREGADOR. NATUREZA PREDOMINANTEMENTE CIVIL DO LITÍGIO.

1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Trabalhista. Conclusão ao gabinete em 10/04/2018.
2. O propósito do presente conflito consiste em definir a competência para julgar controvérsias estabelecidas entre ex-empregados (nas hipóteses de aposentadoria, rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa) e operadoras de plano de saúde na modalidade autogestão vinculadas ao empregador, acerca do direito de manter a condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.
3. Se a demanda é movida com base em conflitos próprios da relação empregatícia ou do pagamento de verbas dela decorrentes, então a competência para seu julgamento será da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 114, IX da CF/88.
4. Plano de saúde coletivo disponibilizado pelo empregador ao empregado não é considerado salário, conforme disposto no art. 458, §2º, IV da Consolidação das Leis Trabalhistas, em redação dada pela Lei 10.243/01.
5. A operadora de plano de saúde de autogestão, vinculada à

instituição empregadora, é disciplinada no âmbito do sistema de saúde suplementar, conforme disposto em Resolução Normativa nº 137/06 da ANS.

6. O fundamento jurídico para avaliar a procedência ou improcedência do pedido está estritamente vinculado à interpretação da Lei dos Planos de Saúde, sobretudo dos arts. 30 e 31.

7. Essas razões permitem concluir pela inexistência de discussão sobre o contrato de trabalho ou de direitos trabalhistas, mas um litígio acerca da manutenção ou não do ex-empregado em plano de saúde coletivo, cuja natureza é preponderantemente civil e não trabalhista.

8. Declarada a competência da Justiça comum Estadual para julgamento da demanda.

(CC 157.664/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, j. em 23/05/2018, DJe 25/05/2018)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. PRESTAÇÃO. ÓRGÃO INTERNO DA EMPRESA EMPREGADORA. ENTIDADE DE AUTOGESTÃO. EX-EMPREGADO APOSENTADO. MANUTENÇÃO NO PLANO ORIGINAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. AUTONOMIA DA SAÚDE SUPLEMENTAR. NÃO INTEGRAÇÃO NO CONTRATO DE TRABALHO. TÉRMINO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. CARÁTER CÍVEL DA LIDE. RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a saber qual é a Justiça competente, se a Comum estadual ou a do Trabalho, para o exame e o julgamento de feito (fundado nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998) que discute direitos de ex-empregado aposentado ou demitido sem justa causa de permanecer em plano de saúde coletivo oferecido pela própria empresa empregadora aos trabalhadores ativos, na modalidade de autogestão.

3. A competência para o julgamento da demanda é fixada em razão da natureza da causa, que é definida pelo pedido e pela causa de pedir deduzidos na exordial.

4. Após o surgimento da Lei nº 9.656/1998 (regulamentadora dos planos de saúde), da Lei nº 9.961/2000 (criadora da ANS) e da Lei nº 10.243/2001 (que deu nova redação ao § 2º do art. 458 da CLT), a Saúde Suplementar, incluídas as autogestões, adquiriu autonomia em relação ao Direito do Trabalho, visto possuir campo temático, teorias e princípios e metodologias específicos.

5. O art. 458, § 2º, IV, da CLT, incluído pela Lei nº 10.243/2001, é expresso em dispor que a assistência médica, hospitalar e

odontológica concedida pelo empregador, seja diretamente ou mediante seguro-saúde, não será considerada como salário. 6. As entidades de autogestão, mesmo as empresariais, ou seja, aquelas que operam plano privado de assistência à saúde exclusivamente a seus empregados por intermédio de seu departamento de recursos humanos ou órgão assemelhado, passaram a ser enquadradas como operadoras de planos de saúde, de modo que passaram a ser objeto de regulação e fiscalização pelo Órgão regulador próprio da área: a ANS (arts. 1º da Lei nº 9.656/1998, 1º da RDC ANS nº 39/2000 e 2º, 9º e 21 da RN nº 137/2006).

7. Em virtude da autonomia jurídica, as ações originadas de controvérsias entre usuário de plano de saúde coletivo e entidade de autogestão (empresarial, instituída ou associativa) não se adequam ao ramo do Direito do Trabalho, tampouco podem ser inseridas em "outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho" (art. 114, IX, da CF), sendo, pois, predominante o caráter civil da relação entre os litigantes, mesmo porque a assistência médica não integra o contrato de trabalho.

8. A pretensão do ex-empregado de manutenção no plano de assistência à saúde fornecido pela ex-empregadora não pode ser vista como simples relação de trabalho. Ao contrário, trata-se da busca de direito próprio de usuário contra a entidade gestora do plano de saúde, que pode ser a própria empresa antes empregadora, mas, para efeitos de atuação na Saúde Suplementar, necessita possuir tanto um registro independente de funcionamento no órgão regulador quanto a aprovação de seus produtos (planos) pelo setor técnico. 9. A demanda de ex-trabalhador que discute a conduta da ex-empresa empregadora, na qualidade de operadora de plano de saúde (modalidade autogestão), como a negativa de mantê-lo no plano coletivo original, deverá tramitar na Justiça Comum estadual (e não na Justiça do Trabalho) em razão da autonomia da Saúde Suplementar, da não integração da referida utilidade no contrato de trabalho, do término da relação de emprego e do caráter cível do tema.

10. Recurso especial provido.

(REsp 1.695.986/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 27/02/2018, DJe 06/03/2018)

Dessarte, merece reforma o acórdão recorrido, para reconhecer a competência da Justiça Comum Estadual para processar e julgar a presente ação.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial, a fim de reconhecer a competência da Justiça Comum Estadual,

determinando a remessa dos autos ao TJ/SP para que prossiga no julgamento da apelação, na esteira do devido processo legal.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

